

CONTROLE SOCIAL

(Palestra em São José dos Campos, em 23-9-91 - Lenir Santos)

Cumprimentando a todos quero inicialmente agradecer à Secretaria Municipal de Saúde o convite que me fez para participar da discussão do tema "controle social" no contexto do Sistema Unico de Saúde.

Vejo este tema como o contraponto do jogo democrático.

Na verdade, o controle social é a expressão mais viva da participação da sociedade nas decisões tomadas pelo Estado no interesse geral.

Uma sociedade atrasada, onde a figura do Estado é muito forte e centralizadora, o nível de controle social é baixissimo. O Estado se mostra sempre como o "deus-todo-poderoso", temido por toda a sociedade, e não apenas o administrador dos recursos e interesses da sociedade, voltado para o bem comum.

A evolução de uma sociedade está ligada diretamente à sua efetiva participação social, à sua atuação frente ao Estado.

Aos governantes interessam sempre uma sociedade calada, apática, sem participação, sem cobranças, porque governante não gosta de cobranças. Gosta apenas do exercício do poder, sem nenhum controle daquele que, no final, paga a conta.

Por isso, a fonte primeira do exercício do controle social é a educação. Quanto mais um povo tem acesso à educação, mais ele se prepara para exercer o seu efetivo papel de cidadão, atuando, participando, cobrando, porque, através da educação, ele passa a deter o conhecimento, e como consequência, passa a questionar, a fazer perguntas, a não aceitar qualquer desculpa do governante omisso ou desvirtuado dos fins sociais. O cidadão informado passa a representar um perigo para a autoridade pública que não gosta de dar satisfações aos administrados, aos cidadãos, aos usuários, enfim.

Estados atrasados sempre se perguntam: educação para quê? para tornar o povo mais consciente de seus direitos de cidadania, mais sabido, mais cobrador? Daí os níveis tão baixos da educação em nossos dias. Quanto mais massificação, mais embrutecimento do povo, mais fácil de ser dominado. O homem instruído, um povo instruído, é uma ameaça ao Estado "todo-poderoso", aos dirigentes autoritários e arbitrários.

(Contar o caso do Secretário Municipal de Saúde de Aracaju que nomeou todos os parentes e justificava tal nomeação. A nomeação de parentes mantém a informação entre um número restrito de pessoas)

No caso específico da saúde, a participação social está prevista na Constituição de República e regulamentada na Lei Orgânica da Saúde. Mas não podemos ter a ingenuidade de achar que a participação social, só por estar inscrita na Constituição, vai-se

efetivar na prática. É fácil você ter um Conselho de Saúde, convocar Conferências a cada quatro anos e o controle social não se efetivar. É fácil transformar estes instrumentos em engodo, em farsa.

Se o cidadão, ora transformado em usuário da saúde (lembrar do caso de Fortaleza -agente de saúde, agente pastoral, líder comunitário) não brigar pelo efetivo controle social, para que o controle seja um fato concreto, nada vai acontecer. Vamos brincar de faz-de-conta. O Poder Público convoca a Conferência de Saúde, cria o Conselho da Saúde e nada sai do papel ou das discussões que se travam internamente, e as condições de saúde da população não sofrem nenhuma melhora, não se alteram. Continuam os dirigentes a decidir o que é melhor para a população dentro de seus gabinetes, sem efetivamente atender aos reclamos da população.

Por isso não basta participar de um Conselho ou de uma Conferência de Saúde; é necessário que se cobrem os resultados do que foi decidido dentro de dos colegiados. Precisam controlar, conhecer os orçamentos. Acompanhar, saber como é gasto cada tostão da população.

Mas para realizar tudo isto as pessoas precisam se armar de uma coisa básica, fundamental: a informação.

Sem informação, não há como exercer o controle social. Se você não tem o conhecimento, não sabe o que se passa, não conhece o orçamento, não tem acesso em como o dinheiro é gasto, é usado, quais são as prioridades, como vai cobrar, solicitar prestação de contas, reclamar?

E o dirigente público em nosso País tenta sempre sonegar informações, esconder, disfarçar, porque não gosta de prestar contas, de ser questionado, de ouvir, de decidir as prioridades de acordo com as reais necessidades do cidadão.

Precisamos nos apossar da informação e questionar. Cobrar sempre. Incomodar. Precisamos incomodar as autoridades públicas. Este deve ser o lema.

Vocês querem saber um caso que não vejo ninguém comentar? porque talvez ninguém tenha essa informação. E por que? Porque não acompanhamos a discussão do orçamento e a sua execução. E isto é muito importante.

(caso do Ipepenhi)

O Estado não pergunta à sociedade o de que ela precisa. Não trata o cidadão como um seu administrado, como o dono do dinheiro.

Se o dinheiro é do povo, o povo tem que ser ouvido sobre as suas reais necessidades.

O Estado age como se fizesse um grande favor ao cidadão, esquecendo-se que é o povo quem paga a conta.

E garanto que entre nós aqui presentes, digo nós servidores públicos, muitos tem o hábito de quando, no exercício de qualquer poder, por menor que seja, esquecer sua permanente condição de cidadãos, usuários.

Esquecemos que o exercício do poder é provisório, transitório, efêmero, é sempre a título precário. A situação de cidadão, esta sim, é permanente. Nascermos e morremos cidadão. Autoridade, podemos nem vir a ser, mas não escapamos de ser cidadão.

Sempre esquemos, porém, desse fato. Basta estarmos no Poder para esquecermos este fato. Ficam de um lado os dirigentes públicos e de outro o usuário. Se perguntarmos neste auditório quem é usuário e quem é servidor público, vai haver uma dicotomia. Os servidores não se considerarão usuários. Se esquecerão de seu papel de cidadão.

E esta dicotomia é péssima, porque na prática ficam brigando cidadão com cidadão, ao invés de se unirem e cobrarem de quem efetivamente precisa ser cobrado: os donos do poder, aqueles que realmente tem o poder de decisão.

Tente requerer uma certidão no serviço público. Ninguém sabe o que fazer. Do servidor mais simples ao mais graduado. Ficam com o requerimento como se fosse uma "batata quente" na mão. Ninguém sabe o que faz. Todos tem medo dar informações (e outros não querem ou incentivam este medo). Porque a informação é o fato mais importante para um povo exercer o controle social.

A autoridade pública vê o cidadão como um "chato", um importuno, que só faz incomodar: fica doente; quer ser atendido; reclama das filas que começam às 4 da manhã e vão até ao meio dia; é um relaxado, porque no conceito do médico, com a sua letra que ninguém entende, seu linguajar absolutamente inacessível, o cidadão "pobre", o

"pé inchado" como é chamado no Rio de Janeiro - PI - (pé inchado porque passa o dia na fila), que depois de aguardar 3 ou 4 meses para conseguir uma consulta, ter gasto 5 a 6 horas na fila, com fome, subnutrido, é "relaxado, é relapso, não cuida de sua saúde, não cuida da saúde de seu filho etc. etc. e por isso não merece mais que 15 minutos de atenção. E isto quando o médico não exige uma série de exames, que vai obrigar o cidadão a peregrinar novamente por filas, para talvez, no final, ser encaminhado a outro especialista, uma vez que a sua doença não faz parte da especialidade daquele médico que o atendeu na primeira vez.

Este comportamento do médico faz o jogo do poder, o jogo de se negar ao cidadão informações, de torná-lo ignorante de seu próprio corpo, daquilo que se passa com ele. Assim, ele não é dono de nada. Nem do que se passa com ele.

O servidor público - ainda que ganhe pouco (o que também faz parte do jogo) e tenha péssimas condições de exercício profissional - não pode tratar o cidadão, principalmente o cidadão doente, com descaso, desumanidade, desconsideração. Na realidade, estamos todos no mesmo barco, na mesma mesa. Não existe o outro lado do balcão. Isto é uma criação daqueles que querem que a briga se dê entre os cidadãos.

Sem esta consciência do servidor público de ser transparente, de informar, de respeitar o cidadão, e do cidadão de cobrar, participar, requerer, se organizar, será difícil exercer efetivamente o controle social.

E o cidadão deve, também, fazer a sua "mea culpa", pois, é ele quem elege os políticos, os representantes do povo. Um deputado, um vereador não pode falar por si, tem que falar e agir pelos seus eleitores. E se os eleitores não concordam com a sua atuação, tem que cobrar, falar, reclamar, escrever, mandar carta para o jornal e não elegê-lo novamente. Por isso é necessário acompanhar de perto a atuação de um eleito nosso, para saber se ele está representando realmente a vontade da maioria que o elegeu. O Brasil está cheio de político profissional. E por que? por culpa de quem os elege. Por culpa de nós todos que estamos aqui, pois quem elege os políticos são os cidadãos.

Estive na Conferência Estadual de Saúde em Aracaju e uma mulher, do povo, de nome Isabel, fez o seguinte comentário

(tem um deputado na platéia - não é época de caça, por isso desaparecem - quem salva a pátria - a galinha

Outra mulher do povo, líder do Movimento Popular de Saúde de Pernambuco, deu uma lição de controle social, com o seu linguajar de pessoa que não foi às escolas, mas que tem sensibilidade política para perceber e lutar contra as contradições de nossa sociedade.

Ela fez a seguinte observação: (contar o caso do Dr. e da padeira)

Vamos agora falar um pouco sobre as formas de controle social previstas em lei. Só que antes é necessário ressaltar que a sociedade precisa se organizar. Sem organização fica difícil você reivindicar, brigar com uma autoridade, em razão das perseguições políticas existentes. Temos que nos unir. Quando nos unimos descobrimos que os problemas e as frustrações são as mesmas. É preciso adotar como lema aquela história de que é fácil quebrar ou vergar uma vara, mas é difícil quebrar um conjunto de varas. Precisamos nos sentir um conjunto de varas e não uma vara isolada.

A resistência do povo russo ao golpe que a TV mostrou, só foi possível porque o povo tinha informação e se uniu para resistir ao golpe contra a democracia, iniciada por Gorbachov.